

Apresentação

Avaliação, percepção, crenças e atitudes: uma revisão terminológica informal

Este número da Revista (Con)Textos Linguísticos apresenta artigos de pesquisadoras e pesquisadores de diversas regiões e instituições brasileiras que vêm se dedicando a estudos de avaliação, percepção, crenças e atitudes linguísticas. Tal conjunto de trabalhos mostra que as pesquisas sobre esses temas têm atraído cada vez mais o interesse de (socio)linguistas.

As pesquisas sobre crenças e atitudes acerca da linguagem gozam de tradição no Brasil. Além de alguns dos artigos que o presente número da Revista (Con)Textos Linguísticos traz a público (por exemplo, *Analisando as crenças e atitudes de professores brasileiros de espanhol em formação inicial*, de Cyndi Amanda Araújo de Souza (UNEB) e Aline Silva Gomes (UNEB); *Análise das atitudes linguísticas de falantes bananeirenses em relação ao seu próprio falar*, de André Luiz Souza-Silva (UEPB) e Rubens Marques de Lucena (UFPB); *O tratamento que a escola dá à variedade linguística do aluno do ensino fundamental de uma escola da zona rural, do município de Imperatriz-MA*, de Ana Carolina Freitas de Farias (UEMASUL) e Maria da Guia Taveiro Silva (UEMASUL); *Uma análise do significado social da mesóclise em textos da esfera jornalística capixaba*, de Ludimilla Rupf Benincá (Ufes); e *Marcação de plural e variação linguística: análise de produções escritas de alunos do Ensino Fundamental I*, de Any Cristina Felix (UFAL) e Maria Auxiliadora da S. Cavalcante (UFAL), muitos outros podem ser lembrados, tais como Fraga (2009), Botassini (2011), Silva & Aguilera (2014), Fiamengui (2015). Nesses trabalhos, o termo “crenças” vem, em geral, acompanhado do termo “atitudes” – o que, de imediato, sugere que os conceitos são complementares, mas diferentes.

Mais recentemente, vêm-se multiplicando trabalhos que se dedicam ao que se nomeia como “percepção”, termo que pode acompanhar “avaliação”, como podemos constatar nos seguintes artigos deste volume: *Percepção sociolinguística da palatalização de /t/ e /d/ próximos a ditongo no Rio Grande do Norte*, de Gabriel Sales (UFRJ) e Eliete Figueira Batista da Silveira (UFRJ); *Acessando a avaliação social das variantes do onset complexo na variedade carioca*, de Christina Abreu Gomes (UFRJ), Livia Fernandes da Silva (UFRJ) e Ana Cristina Baptista de Abreu (UFRJ); *Percepção e avaliação de orações relativas: um estudo piloto*, de André Poltronieri Santos (Ufes) e Lilian Coutinho Yacovenco (Ufes); *“Aqui não se fala assim não”*: percepções avaliativas acerca da dupla negação no falar maranhense, de Flávia Pereira Serra (UEL) e Conceição de Maria de Araujo Ramos (UFMA); *[avali'ãdu] ou*

[*avali'ãnõ*]: o significado social da alternância [d] ~ [n] entre jovens universitários cariocas, de Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo e Ísis Garcia Bastos Silva); e *A relação entre conhecimento, uso e faixa etária de blends por falantes nativos do PB*, de Emerson Viana Braga (UESB), Vera Pacheco (UESB) e Warley José Campos Rocha (UESB).

Diante dos trabalhos selecionados para esta edição temática da Revista (Con)Textos Linguísticos, fazemos aqui uma revisão informal desses termos, no sentido de que não partimos de uma busca exaustiva dos seus empregos, ao longo das numerosas publicações sobre esses assuntos. Ao tomarmos alguns exemplos, tais como os anteriormente citados, juntamente com certas referências teóricas, nosso objetivo não é apontar para potenciais equívocos nem prescrever usos, mas oferecer uma leitura possível das relações entre eles.

Em princípio, podemos afirmar que todos esses conceitos – avaliação, percepção, crenças e atitudes – estão interrelacionados, com base em duas considerações tacitamente inegáveis: i) a linguagem é um instrumento social que veicula mais do que informação referencial (CARGILE *et al.*, 1994) e ii) a linguagem tem efeito no julgamento social e tal efeito é parte integrante do processo comunicativo (GILES; BILLINGS, 2004). De fato, podemos considerar que “julgamento” é uma noção comum no emprego desses termos.

Quando ouvimos ou propagamos crenças acerca de pessoas (individualmente ou em grupos, maiores ou menores), em associação a fatos de linguagem, há julgamento envolvido. Quando tomamos ou presenciemos a atitude de corrigir a produção linguística de alguém, algum tipo de julgamento de natureza sociolinguística está sendo posto em prática. Quando perguntamos a alguém (no desenvolvimento de uma pesquisa ou no cotidiano) “o que você acha desse jeito de falar?”, estamos pressupondo que valorações e julgamentos acerca de formas linguísticas (de variada natureza) fazem parte da nossa vida social. Quando, na aplicação do que se tem chamado de “experimento de percepção”, pedimos a um ouvinte ou leitor voluntário que escolha um ponto numa escala de diferenciais semânticos (de nada afetado a muito afetado, por exemplo), estamos pedindo a tal ouvinte/leitor que faça um julgamento daquilo que ouviu/leu.

Entretanto, “julgar” parece mais próximo de “avaliar” do que de “perceber” e “crer”. Por outro lado, enquanto “avaliação”, “percepção” e “crença” têm em comum uma raiz verbal, o mesmo não parece poder ser prontamente dito sobre “atitude”. Se decidirmos abrir mão, momentaneamente, dos termos “percepção” e “avaliação”, podemos considerar que entre “crenças” e “atitudes” há uma distinção cognitivo-comportamental: com o primeiro, podemos nos referir a como nos sentimos ou ao que pensamos/acreditamos acerca da dimensão social de uma forma linguística; já com o segundo, podemos nos referir ao que fazemos, tendo em vista

aquilo que pensamos, sentimos ou em que acreditamos. É possível que ponderações como essas estejam na origem da tradição do emprego do binômio “crenças e atitudes”.

Na produção intelectual anglófona sobre essa temática, é menos comum que o termo “atitudes” venha acompanhado de *beliefs*. Interessantemente, Bohner & Dickel (2011, p. 392) definem atitude como “uma avaliação de um objeto de pensamento”¹. Assim, tal definição desfaz a distinção que propusemos anteriormente. Em seu artigo, essa dupla de autores reporta um balanço das respostas de vários pesquisadores, de diferentes subáreas da psicologia social, à pergunta “o que é uma atitude?”, que intitulou um número temático da revista *Social Cognition* (BOHNER; DICKEL, 2007). De acordo com eles, as respostas podem ser organizadas em um contínuo que vai de atitudes como entidades estáveis armazenadas na memória a atitudes como julgamentos desenvolvidos a partir de informações disponíveis no aqui e agora de uma interação (interação esta que pode ser, entende-se, tanto de natureza interpessoal quanto experimental). Dessa forma, o que se vai configurando nesta nossa discussão é a constatação de que esses termos podem ser empregados como mais ou menos próximos e similares entre si, conforme uma certa tradição de pesquisa.

Em Sociolinguística, o termo “percepção” vem se especializando para fazer referência a associações entre formas linguísticas e significados sociais a partir de estímulos sonoros, acompanhados ou não de imagens ou texto escrito. De uma perspectiva metodológica, tal termo tem sido especificamente empregado no contexto de experimentos nos quais ouvintes voluntários são levados a reagir a estímulos construídos e organizados de tal maneira que, se houver variação nas reações (de um mesmo ouvinte ou de grupos de ouvintes), tal variação pode ser atribuída ao elemento linguístico que caracteriza o estímulo ou *guise*. Nessa metodologia, dois aspectos são cruciais: i) a reação do ouvinte é (ou deve ser) inconsciente, com respeito ao elemento linguístico em foco no estudo e, nesse sentido, ii) trabalha-se com pares de estímulos, nos quais um deles contém apenas uma das variantes da variável em foco, enquanto o outro contém apenas a outra. Na crescente literatura sobre experimentos de percepção sociolinguística, estímulos organizados em pares têm sido providencialmente chamados de “disfarces”. Não vamos nos estender aqui na descrição dessa metodologia (CAMPBELL-KIBLER, 2009; 2010), assim como não encaminhamos uma revisão pormenorizada de pesquisas que a empregam (MENDES 2016a; 2016b; OUSHIRO, 2019), mas destacamos o arraigamento progressivo do pressuposto de que o estudo experimental da percepção sociolinguística é feito com a utilização de pares de disfarces.

¹ Na tradução que aqui sugerimos para *an evaluation of an object of thought*.

Tal arraigamento vem se observando com a própria replicação recente dos chamados “experimentos de percepção”. Em comentários adicionados à segunda edição do *Social Stratification of English in New York City*, Labov (2006, p. 265) afirma que abordagens experimentais (com vistas à elucidação de avaliações sociais de formas linguísticas) não emplacaram na Sociolinguística da mesma maneira que os estudos de produção.

Nos últimos 10 anos, contudo, esse cenário vem mudando rapidamente – inclusive no Brasil. De acordo com Labov (2006, p. 266), a partir de suas investigações sobre a avaliação social da variação linguística em Nova Iorque, em vez de fazer perguntas diretas aos falantes/ouvintes que se voluntariam a participar de nossas pesquisas, devemos induzi-los a algum tipo de comportamento avaliativo que seja suficientemente sensível para refletir a influência de variáveis (na avaliação) e possa ser quantitativamente medido. Se, por um lado, a “recomendação” laboviana pode ter provocado uma busca e revisão de métodos a fim de verificar e quantificar a “influência de variáveis linguísticas” no “comportamento avaliativo” de falantes/ouvintes, por outro, é possível que duas publicações tenham tido especial impacto na crescente replicação desses métodos: Eckert (2008), com sua estruturação da proposição de que formas linguísticas funcionam como índices de significados sociais, a partir de Silverstein (2003) e Ochs (1992), entre outros; e Eckert (2012), com sua visão de que nossa disciplina está voltando (e deve voltar) à significação social como aspecto central da variação linguística. Embora também não seja nosso objetivo fazer aqui uma revisão abrangente do teor desses dois artigos, convém revisitar algumas de suas ideias principais.

No que diz respeito à noção de indicialidade, é fundamental lembrar que a relação entre forma linguística e significados sociais se estabelece por virtude de coocorrência, ou seja, a forma linguística não é o significado social, mas funciona como índice dele (assim como fumaça não é fogo, mas é índice de fogo; coocorre com ele). Assim, a pronúncia [gɔjftɐ] para “gosta”, com ditongação do [ɔ] e palatalização da fricativa, pode ser imediatamente associada a (avaliada como) “carioca”, mas esta não é uma “propriedade” de [ɔjʃ], uma significação inerente ou essencial a [ɔjʃ]. Aliás, tal associação depende do acesso que temos tanto à forma linguística quanto aos significados sociais que potencialmente podem se associar a ela. É possível que a interpretação social de [ɔjʃ] como “carioca” seja algo que os brasileiros do Sudeste façam mais imediatamente do que brasileiros de estados do Norte, por exemplo. Além disso, devemos considerar que, localmente, [ɔjʃ] pode funcionar como índice de outros significados sociais: “meticuloso”, “charmoso”, “afetado”, “do Leblon”, “metido” – a depender de quem fala, de quem ouve, do lugar em que ocorre a interação, dos assuntos que são tratados, de posições que se tomam no aqui e agora (*stances*), de disposições de espírito dos e entre os

envolvidos na interação (*affect*), como empatia, antipatia, indiferença. Em outras palavras, a indicialidade de formas linguísticas é potencial; não está “dada”; é dinâmica e enraizada na interação, ainda que o *link* entre certas formas linguísticas e certos significados sociais possa estar mais ou menos “registrado”, no sentido de *enregistered* (AGHA, 2007).

“Experimentos de percepção” constituem, portanto, um dos meios para elucidar significados sociais potencialmente associados a formas linguísticas. Além deles, o sociolinguista também pode se dedicar ao uso situado de variantes de determinadas variáveis (via observação etnográfica), a fim de compreender quais formas linguísticas os falantes empregam de maneira socialmente significativa em suas experiências diárias (ECKERT, 2000; CONCHALO, 2015). Podemos também fazer um levantamento histórico acerca de como certos significados sociais são “registrados” como particularidades de variantes de certas variáveis ou mesmo de dialetos, como em Agha (2007), o caso de *received pronunciation* no inglês britânico; ou em Johnstone *et al.* (2006), o caso do que se “registrou” como “o dialeto de Pittsburgh”. Podemos, ainda, analisar como, em interações diferentes (com interlocutores diferentes, em locais diferentes, com intenções sociais específicas), um mesmo falante emprega diferentemente variantes de múltiplas variáveis linguísticas, como em Podesva (2007). Nesse último tipo de estudo, além do pressuposto da indicialidade, considera-se que um mesmo falante projeta diferentes *personae*, construindo estilos (interpretáveis em contraste uns com os outros) a partir da combinação de variantes de diversas variáveis linguísticas. O sujeito falante é, assim, um agente na construção de significados sociais.

Mencionamos anteriormente que os termos “avaliação”, “percepção”, “crenças” e “atitudes” podem ser empregados como mais ou menos equivalentes, a depender da tradição de pesquisa. Com nossa breve revisão de aspectos centrais em torno da noção de indicialidade, notamos que, ainda que “avaliação” e “percepção” possam ser empregados como sinônimos, tal como fica aparente nos comentários de Labov (2006), que retomamos acima, o último tem sido cada vez mais comumente empregado na referência a um processo de associação ideológica entre forma linguística e significado social, bem como entre significados sociais – um processo que se observa no cotidiano de nossas interações, mas que pode ser experimentalmente acessado. Alguns autores, contudo, valem-se do termo “avaliação” para se referir especificamente a comentários metalinguísticos desenvolvidos a partir de perguntas diretas acerca de variáveis linguísticas, como Oushiro (2015), que analisou respostas de paulistanos a perguntas como “O que você acha desse jeito de falar: ‘me vê dois pastel e um chopps?’” (com interesse na concordância nominal de número). Da mesma forma, André Poltronieri Santos (Ufes) e Lilian Coutinho Yacovenco (Ufes), em *Percepção e avaliação de*

orações relativas: um estudo piloto, também empregam esses dois termos distintamente, com foco em avaliações acerca de estruturas relativas (copiadora, cortadora e com “cujo”).

Adicionalmente, o termo “percepção” também é usado no sentido de “identificação” ou “reconhecimento”. Leila Maria Tesch (Ufes), em *O sotaque capixaba: um estudo de percepção*, por exemplo, interessa-se pelo “capixaba” como um sotaque e, entre outras, faz a seguinte pergunta aos participantes de sua pesquisa: “você consegue reconhecer o capixaba?” “poderia dar exemplos do sotaque capixaba?”. A autora conclui que o sotaque capixaba “é percebido”, ou seja, é reconhecido, é identificado, por meio de expressões típicas e aspectos prosódicos. Isso nos leva à consideração de que, no reconhecimento do “sotaque capixaba”, ainda não há variantes fonéticas “registradas” como típicas desse dialeto regional, diferentemente do que observamos sobre o carioca. O fato é que, nesse trabalho, o termo “percepção” está sendo empregado numa acepção específica e diferente daquela que destacamos anteriormente, ainda que estejamos dentro de um mesmo campo semântico, definido, da maneira mais geral, pelas relações entre forma linguística e significação social.

Finalmente, interessa tocar numa noção que pode ser bastante complexa e controversa, mas que tem a ver com os empregos dos termos que aqui tomam nossa atenção: a de consciência. Uma revisão crítica acerca desse conceito em Sociolinguística é encaminhada no artigo *Consciência sociolinguística: uma revisão do conceito com base em estudos brasileiros e estrangeiros*, de Andréa Ualt (UFPEL), Isabella Mozzillo (UFPEL) e Bernardo Limberger (UFPEL).

Na presente discussão que introduz este volume, já consideramos que, nos experimentos de percepção, aplicados com o objetivo de elucidar significados sociais que podem ser indicados por formas linguísticas, geralmente organizamos estímulos sonoros de maneira que o ouvinte voluntário execute tarefas, tais como a de avaliar se, num disfarce, uma voz soa mais ou menos masculina do que em outro (MENDES, 2016a) sem dar-se conta de qual é a variável linguística em foco, ou seja, queremos que o ouvinte tenha “reações inconscientes”. Essa é uma das motivações para o emprego distinto de “percepção” e “avaliação”, tal como vimos anteriormente. É claro que, se fazemos perguntas diretas a alguém sobre “o que ela ou ele acha de um certo jeito de falar”, se não houver consciência acerca da variável em foco, nosso entrevistado não vai ser capaz de elaborar comentários metalinguísticos específicos. É isso que Oushiro (2015) constata sobre a pronúncia de /e/ nasal (em palavras como “setenta”) como um ditongo ou um monotongo. Diante da pergunta “o que você acha de ‘meu, cê tá entendendo o que eu tô dizendo?’”, com pronúncia enfaticamente ditongada de /e/ nasal, a enorme maioria dos paulistanos entrevistados refere-se ao “meu”, ao “tá”, ao “cê”, à pergunta em si, mas não

ao /en/. Trata-se, então, de uma evidência de que o paulistano não tem consciência dessa variação – o que, por outro lado, não significa que a pronúncia de /en/ como ditongo ou monotongo não se associe localmente a significados sociais (MENDES, 2016b). Da mesma forma, tal inconsciência não significa que paulistanos não utilizem as variantes dessa variável, em conjunto com outras, nas suas performances sociolinguísticas, com intenções sociais. Eckert (2016) deixa claro que “agentividade” não requer consciência. Quando aqui falamos em “intenções sociais”, não estamos sugerindo que um falante conscientemente escolhe variantes específicas no momento de sua enunciação; referimo-nos ao fato de que, numa certa interação, podemos objetivar ser mais simpáticos do que em outras (ou mais elegantes, mais precisos, mais ameaçadores ou enérgicos) e, para isso, valemo-nos de elementos linguísticos variados. Quais elementos linguísticos empregamos com essas intenções? No aqui e agora de nossas interações, muitíssimo provavelmente não fazemos escolhas conscientes por essa ou aquela variante de determinada variável linguística, mas empregamos aquelas que, na nossa paisagem sociolinguística, são socialmente significativas. A resposta a essa pergunta poderá ser mais bem formulada, então, com um conjunto de pesquisas sobre avaliação, percepção, crenças e atitudes.

Estamos certos de que a leitura dos artigos deste dossiê temático levará a um maior conhecimento acerca de avaliação, percepção, crenças e atitudes. Além disso, reiteramos a importância da publicação de pesquisas sob esse viés, tendo em vista que a divulgação desses trabalhos inéditos pode estimular novas pesquisas e aprofundar ainda mais as discussões teórico-metodológicas nesse campo de investigação.

Para finalizar, agradecemos aos autores e às autoras pela confiança depositada ao submeterem seus artigos a este dossiê, bem como aos pareceristas, pelo seu árduo e minucioso trabalho.

Leila Maria Tesch (Ufes)

Ronald Beline Mendes (USP)

Flávia Medeiros Álvaro Machado (Ufes)

Referências

AGHA, A. **Language and social relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BOHNER, G.; DICKEL, N. Attitudes and attitude change. **Annual Review of Psychology** 62, p. 391-417, 2014.

BOTASSINI, J. O. M. **Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato em Foz do Iguaçu.** *Línguas e Letras* 12(2): 65-84, 2011.

CAMPBELL-KIBLER, K. The nature of sociolinguistic perception. *Language Variation and Change* 21, p. 135–156, 2009.

CAMPBELL-KIBLER, K. Sociolinguistics and perception. *Language and Linguistics Compass* 4(6), p. 377–389, 2010.

CARGILE, A. C.; GILES, H.; RYAN, E. B.; BRADAC, J. J. Language attitudes as a social process: a conceptual model and new directions. *Language and Communication*, 14, p. 211–236, 1994.

CONCHALO, M. S. **A variação estilística na concordância nominal e verbal como construção de identidade social.** Tese de Doutorado. UNESP, São José do Rio Preto, 2015.

ECKERT, P. **Linguistic Variation as Social Practice.** Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 2000.

ECKERT, P. Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics* 12(4), p. 453–476, 2008.

ECKERT, P. Three waves of variation study: The emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology* 41, p. 87-100, 2012.

ECKERT, P. Variation, meaning and social change. In: Coupland, N. **Sociolinguistics: Theoretical debates.** Cambridge, Cambridge University Press, 2016.

FIAMENGUI, A. H. R. **Multilinguismo e preconceito na fronteira Porã: Um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas.** Tese de Doutorado. UNESP, São José do Rio Preto, 2015.

FRAGA, L. Atitudes Linguística e r-forte em Carambeí, *Acta Scientiarum/ Language and Culture*. 31(2), p. 155-168, 2009.

GILES, H.; BILLINGS, A. C. Assessing language attitudes: Speaker evaluation studies. In: Davies, A. and Elder, E. (eds.) **Handbook of Applied Linguistics.** Oxford: Blackwell, p. 187-209, 2004.

JOHNSTONE, B.; JENNIFER, A.; ANDREW, E. D. Mobility, indexicality, and the enregisterment of ‘Pittsburghese’. *Journal of English Linguistics* 34, p. 77–104, 2006.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York City.** Cambridge University Press, 2006.

MENDES, R. B. Nonstandard plural noun phrase agreement as an index of masculinity. In: Levon, Erez; Mendes, R. B. **Language, sexuality and power. Studies in intersectional sociolinguistics.** Oxford University Press, 2016a.

MENDES, R. B. ‘Diphthongized (en) and the indexation of femininity and Paulistinity.’ *Cadernos de Estudos Linguísticos* 58(3), p. 425-444, 2016b.

OCHS, E. Indexing gender. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. **Rethinking context**: language as an interactive phenomenon. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 335–58.

OUSHIRO, L. **Identidade na Pluralidade: Avaliação, Produção e Percepção Linguística na cidade de São Paulo**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

OUSHIRO, L. ‘A computational approach for modeling the indexical field. **Revista de Estudos Linguísticos**, 27(4), 2019, p. 1737-1786, 2019.

PODESVA, R. Phonation type as a stylistic variable: The use of falsetto in constructing a persona. **Journal of Sociolinguistics** 11/4, p. 478-504, 2007.

SILVA, H. C. da; AGUILERA, V. A. de. O poder de uma diferença: um estudo de crenças e atitudes linguísticas. **Alfa** 58(3), p. 703-723, 2014.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language and Communication**, 23, p. 193-229, 2003.